

lidade do TAM nº13/06, Ação contra o Estado de São Paulo e contra a ARTESP encontra-se em fase de instrução (aguarda-se a realização da perícia na Ação proposta pelo ESP e Artesp). A Renovias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº0019867-63.2013.8.26.0053 que visa a uma declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30/10/2014 foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente. Em 26/01/2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação. O Estado de São Paulo e Artesp em 29/04/2015 também interuseram recurso de apelação. Os recursos aguardam julgamento.

2. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia. a) Apuração do resultado: Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. b) Receitas de serviços: • As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias; • As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços; • As receitas de construção, segundo a ICPC 01 (R1), são reconhecidas quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura e contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. c) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. • Capital social: Ações ordinárias e preferenciais - são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Ações preferenciais - são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. d) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida: Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. f) Ativo imobilizado: • Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor, de cada componente. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. g) Ativos intangíveis: A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados - são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada. • Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item (r). h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento (redução) do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade, custos operacionais, inflação/investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): • Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é

avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura que a Companhia detém, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade, aos custos operacionais, à inflação, ao investimento de capital e às taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. j) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. k) Provisão de manutenção - contratos de concessão: As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. l) Receitas e despesas financeiras: Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. m) Capitalização dos custos dos empréstimos: Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção. n) Benefícios a empregados: • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. o) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre a base tributável. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração. p) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. q) Direito da concessão: Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 17) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados. r) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01- R1): A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a

receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. s) Novos pronunciamentos e interpretações: Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação ser torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento/ Interpretação	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(a)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. Revisão em 2014 contém exigências para:	(b)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	(i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) metodologia de redução ao valor recuperável; (iii) contabilização geral de <i>hedge</i> .	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2016; (b) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018;

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Em 24 de fevereiro de 2016, foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado; • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • 3 - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1); • 7b - Impostos diferidos; • 10 - Depreciação do ativo imobilizado; • 11 - Amortização do ativo intangível; • 15 - Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; • 16 - Provisão para manutenção; • 19 - Instrumentos financeiros.

4. Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e de divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBOvespa e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão Geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. a) Risco de crédito: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. b) Risco de taxas de juros e inflação: Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da TJLP relativos aos financiamentos em reais, (2) CDI relativo às debêntures e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 12 e 13. c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro abaixo representa os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos
Financiamentos (*)	18.939	-	-
Debêntures (*)	31.272	30.811	2.567
(*) Valores brutos dos custos de transação.			

continuação

RENOVOS CONCESSIONÁRIA S.A.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 70.232, substancialmente composto por financiamentos e debêntures a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e 13. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já realizados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa: Estão representados por:

	2015	2014
Caixa e bancos	3.847	3.484
Aplicações financeiras	2.503	10.612
	6.350	14.096

As aplicações financeiras são representadas por quotas de fundos de investimentos de renda fixa, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração auferida. As mesmas são remuneradas à taxa de 100,85% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), equivalente a 13,30% no período.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	202.779	177.446
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(68.945)	(60.332)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Despesas indedutíveis	(1.140)	(836)
Doações a projetos culturais, esportivos e fundo municipal da criança e do adolescente e do idoso	2.377	1.753
Juros sobre capital próprio	3.939	2.426
Outros	582	546
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(63.187)	(56.443)
Impostos correntes	(67.883)	(65.745)
Impostos diferidos	4.696	9.302
	(63.187)	(56.443)
Alíquota efetiva	31%	32%

b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2015	2014
Bases do ativo diferido:		
Saldo a depreciar dos gastos com obras registradas como provisão de manutenção (a)	12.722	14.705
Saldo a depreciar do ativo imobilizado reclassificado para o custo (b)	6.282	7.261
Constituição da provisão de manutenção (c)	16.961	15.997
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.170	3.821
Amortização do custo de transação	46	39
Total	37.181	41.823

Bases do passivo diferido:

Direito de concessão - outorga fixa (d) 26.496 30.626

Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (e) 28.317 32.730

Custo de empréstimos capitalizados (f) 6.272 7.066

Total 61.085 70.422

Total imposto de renda e a contribuição social diferidos 23.904 28.599

A Administração considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências. (a) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis - Lei 11.638/07. (b) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis - Lei 11.638/07. (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item "a", conforme práticas contábeis - Lei 11.638/07. (d) Adoção OCPC 05 - Outorga fixa: trata-se de impostos diferidos sobre a diferença entre o critério de reconhecimento do direito de outorga no ativo e passivo fiscais e o critério de reconhecimento somente pelo pagamento da parcela fixa da concessão na posição contábil. (e) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras não capitalizáveis nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07. (f) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, no termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.

8. Partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, assim como as transações dos exercícios, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, profissionais-chave de sua Administração e outras partes relacionadas. Estas operações foram realizadas substancialmente em condições de mercado.

	Transações no Resultado		Saldos	
	Receita	Serviços Prestados	Remuneração dos Administradores	Contas a Receber e Contas a Pagar

Outras partes relacionadas:					
Centro de Gestão e Meios de Pagamentos S.A. - CGMP (a)	-	-	-	19.488	-
SAMM Sociedade de Atividades Multimídia Ltda.	520	-	-	-	-
Profissionais-chave (b)	-	-	2.452	-	147
Total, 31 de dezembro de 2015	520	-	2.452	19.488	147
Total, 31 de dezembro de 2014	544	13	2.460	20.081	143

Refere-se a contas a receber decorrente das tarifas de pedágio eletrônico (AVI) que são repassadas à Companhia no mês subsequente. (b) Contempla o valor total de remuneração atribuível aos membros da administração (diretoria estatutária) registrada em resultado. Na AGO realizada em 30 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 2.700. Os montantes referentes a despesas com profissionais-chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2015	2014
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.675	1.843
Outros benefícios:		
Provisão de Participação no Resultado (PLR)	697	534
Outros	80	83
Total	2.452	2.460

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	2015	2014
Estão representados por:		
Circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão - início da concessão (a)	233	233
Não circulante		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão - início da concessão (a)	1.262	1.495
Despesa antecipada de outorga fixa - extensão do prazo de concessão (b)	43.377	35.807
Total	44.639	37.302

Durante o primeiro ano da concessão, foram efetuados pagamentos antecipados ao Poder Concedente, relacionados à outorga da concessão. Esses valores foram registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados, relacionados à concessão e estão sendo amortizados no mesmo prazo definido para a concessão. (b) A mudança do prazo de concessão, citada na nota explicativa nº 1, não impactou o prazo e o valor dos pagamentos mensais de outorga fixa descritos na nota explicativa nº 17. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa, reconhecido no resultado ao novo prazo do contrato de concessão, a Companhia passou a registrar parte do pagamento mensal ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado de forma linear, no período correspondente ao aumento do prazo de concessão (de abril de 2018 até maio de 2022).

10. Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação - %		2015		2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf. rências (a)	Saldo inicial	Adições	
Sistemas operacionais (equipamentos)	17	35.577	(19.405)	16.172	31.593	(16.115)	15.478
Máquinas e equipamentos	16	8.025	(5.428)	2.597	7.587	(4.923)	2.664
Veículos	20	5.487	(3.087)	2.400	5.198	(2.901)	2.297
Móveis e utensílios	10	1.101	(589)	512	1.047	(533)	514
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	10	800	(545)	255	800	(478)	322
Imobilizado em andamento	-	4	-	4	3.253	-	3.253
		50.994	(29.054)	21.940	49.478	(24.950)	24.528

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a sua vida útil ultrapasse o prazo da concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

Movimentação do custo

	2015				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf. rências (a)	
Sistemas operacionais (equipamentos)	31.593	2.057	(1.349)	3.276	35.577
Máquinas e equipamentos	7.587	763	(423)	98	8.025
Veículos	5.198	428	(482)	343	5.487
Móveis e utensílios	1.047	87	(41)	8	1.101
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	800	-	-	-	800
Imobilizado em andamento	3.253	476	-	(3.725)	4
	49.478	3.811	(2.295)	-	50.994

	2014				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf. rências (a)	
Sistemas operacionais (equipamentos)	27.271	3.152	(142)	1.312	31.593
Máquinas e equipamentos	6.785	551	(149)	400	7.587
Veículos	4.530	530	(258)	396	5.198
Móveis e utensílios	983	77	(15)	2	1.047
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	796	4	-	-	800
Imobilizado em andamento	1.834	3.350	-	(1.931)	3.253
	42.199	7.664	(564)	179	49.478

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$40 em 31 de dezembro de 2015 (R\$106 em 31 de dezembro de 2014).

Movimentação da depreciação

	2015				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf. rências (a)	
Sistemas operacionais	(16.115)	(4.528)	1.238	-	(19.405)
Máquinas e equipamentos	(4.923)	(894)	389	-	(5.428)
Veículos	(2.901)	(668)	482	-	(3.087)
Móveis e utensílios	(533)	(90)	34	-	(589)
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	(478)	(67)	-	-	(545)
	(24.950)	(6.247)	2.143	-	(29.054)

	2014				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf. rências (a)	
Sistemas operacionais	(12.465)	(3.758)	135	(27)	(16.115)
Máquinas e equipamentos	(4.239)	(837)	135	18	(4.923)
Veículos	(2.621)	(536)	256	-	(2.901)
Móveis e utensílios	(458)	(87)	11	1	(533)
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	(408)	(70)	-	-	(478)
	(20.191)	(5.288)	537	(8)	(24.950)

(a) Reclassificações por transferência do ativo imobilizado para o intangível.

	Taxa média anual de amortização%	2015			2014		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração de infraestrutura	(*)	622.040	(290.129)	331.911	617.773	(248.680)	369.093
Direitos de exploração de infraestrutura em andamento	-	765	-	765	2.802	-	2.802
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	21	10.663	(8.085)	2.578	10.088	(6.575)	3.513
		633.468	(298.214)	335.254	630.663	(255.255)	375.408

(*) Amortização pela curva de benefício econômico baseada no volume de tráfego.

Movimentação do custo

	2015				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf. rências (a)	
Direitos de exploração de infraestrutura	617.773	2.258	(6)	2.015	622.040
Direitos de exploração de infraestrutura em andamento	2.802	(22)	-	(2.015)	765
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	10.088	703	(128)	-	10.663
	630.663	2.939	(134)	-	633.468

	2014				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf. rências (a)	
Direitos de exploração de infraestrutura	613.252	4.514	-	7	617.773
Direitos de exploração de infraestrutura em andamento	2.806	3	-	(7)	2.802
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	9.293	959	(17)	(147)	10.088
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados em andamento	32	-	-	(32)	-
	625.383	5.476	(17)	(179)	630.663

Não houve capitalizados custos de empréstimos no período (R\$3 em 31 de dezembro de 2014).

Movimentação da amortização

	2015				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf. rências (a)	
Direitos de exploração de infraestrutura	(248.680)	(41.452)	3	-	(290.129)
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	(6.575)	(1.638)	128	-	(8.085)
	(255.255)	(43.090)	131	-	(298.214)

	2014				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf. rências (a)	
Direitos de exploração de infraestrutura	(210.321)	(38.359)	-	-	(248.680)
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	(4.814)	(1.773)	4	8	(6.575)
	(215.135)	(40.132)	4	8	(255.255)

Reclassificações por transferência do ativo imobilizado para o intangível.

12. Financiamentos

	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (*)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimento	2015	2014
						2015	2014
Em moeda nacional:							
1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	TJLP + 1,8% a.a. e TJLP + 2,8% a.a.	0,0234% a.a. e 0,0239% a.a.	2	-	15/11/2016	6.999	14.577
2) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	TJLP + 1,8% a.a. e TJLP + 2,8% a.a.	0,0652% a.a. e 0,0667% a.a.	6	1	15/04/2016	11.940	47.568
Total de financiamentos e empréstimos						18.939	62.145
Financiamentos e empréstimos						18.939	43.339
Custos de transação						(1)	(8)
Total circulante						18.938	43.331

(*) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1). Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia firmou contrato de abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$130.000, com liberações de crédito trimestrais, mediante a apresentação dos documentos que comprovem a realização do projeto financiado. O contrato está subdividido em categorias de crédito e subcrédito, sendo o crédito A no montante de R\$ 33.487 e o crédito B no montante de R\$ 96.513. As principais garantias e cláusulas restritivas para o contrato de financiamento são as seguintes: Carta(s) fiança(s) no valor do crédito liberado, com validade mínima de dois anos, devendo ser renovada (s) em até noventa dias antes do vencimento. Foram contratadas cartas de fiança no mesmo montante do financiamento; Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor de empréstimos, financiamentos e debêntures, que represente mais de quinze por cento da receita bruta, auferida no exercício anual anterior. Estão excluídos desse saldo devedor os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente para aquisição de equipamentos, a 2ª emissão de debêntures e os mútuos concedidos por acionistas, cuja taxa de juros não seja superior a 2,5% acima do CDI ou 8% acima do IPCA. As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

13. Debêntures

	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (*)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimento	2015	2014
						2015	2014
Série única	113,60% do CDI	0,1894% a.a.	153	132	15/01/2018	64.650	95.565
Circulante							
Debêntures						31.272	31.376
Custos de transação						(95)	(153)
Total circulante						31.177	31.223
Não circulante							
Debêntures						33.378	64.189
Custos de transação						(37)	(131)
Total não circulante						33.341	64.058
Total						64.518	95.281

(*) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2015
2017	30.811
2018	2.567
Total	33.378

Companhia contraia ou mantenha empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades, que excedam, a qualquer momento, o valor principal total de R\$40.000, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembleia Geral dos Debenturistas. O contrato não possui cláusulas de repactuação.

14. Impostos e contribuições parcelados

	2015	2014
Circulante		
Imposto de renda e contribuição social (*)	860	793
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social (*)	4.586	5.019
Total	5.446	5.812

(*) Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava saldo de principal, multa e juros de impostos e contribuições federais, os quais foram objeto de pedido, junto à Receita Federal do Brasil, de adesão ao programa de descontos e parcelamentos de débitos tributários federais, previsto na Lei nº 11.941/09. Os passivos tributários incluídos neste programa referem-se ao recálculo da depreciação e amortização dos bens adquiridos até 31 de dezembro de 2006, entre 1º de janeiro de 2007 e 30 de outubro de 2009. Em 15 de junho de 2012, foi consolidado o parcelamento de dívida pela Receita Federal do Brasil de acordo com condições previstas na Lei nº 11.941/09. Os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 estão sendo pagos em até 150 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizados mensalmente com base na taxa Selic.

15. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, com se segue:

	Saldo inicial	Constituição da provisão	Realização	Reversão	Saldo final
Movimentação em 2015					
Não circulante					
Cível	7.355	1.808	(1.877)	(5.499)	1.787
Trabalhista	3.881	587	(496)	(2.318)	1.654
Total	11.236	2.395	(2.373)	(7.817)	3.441
Movimentação em 2014	8.962	3.577	(970)	(333)	11.236

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$2.964, em 31 de dezembro de 2015 (R\$3.440 em 31 de dezembro de 2014), para os quais nenhuma provisão foi constituída. No ano de 2015, a Companhia revisou as políticas aplicáveis aos saldos de contingências, para adequá-las a melhor expectativa de acordo com o histórico e análise de seus assessores jurídicos. Esta alteração ocasionou em reversões para que os saldos se adequassem aos critérios reestabelecidos.

16. Provisão de manutenção

	Saldo inicial	Reversão da provisão a valor presente	Constituição/ Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferência	Saldo final
Movimentação em 2015						
Circulante	18.169	26.939	1.784	(24.700)	778	22.970
Não circulante	28.880	(773)	(413)	-	(778)	26.916
Total	47.049	26.166	1.371	(24.700)	-	49.886
Movimentação em 2014	33.991	19.297	1.609	(7.848)	-	47.049

Os projetos com início de provisão no exercício de 2015 foram trazidos a valor presente à taxa de 15,77% a.a. (12,29% a.a. em 2014). A taxa utilizada refere-se ao custo de dívida de mercado para estes períodos. Em 31 de dezembro de 2015, o montante provisionado e a provisionar corresponde a R\$185.131 do valor nominal das projeções de gastos para a data de desembolso na realização da manutenção (R\$168.991 em 31 de dezembro de 2014).

17. Compromissos vinculados a contratos de concessão: a) Compromisso com o Poder Concedente: **Decorrente do direito de outorga fixo:** Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, ainda não contabilizados por ser o contrato de concessão considerado como executório, conforme nota explicativa nº 3-q, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:

	Valor nominal		Valor presente	
	2015	2014	2015	2014
Outorga fixa	70.749	93.744	66.788	86.505

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em julho de cada ano. Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2015 estão assim distribuídos:

	Valor Nominal	Valor presente
	2015	2014
2016	29.914	29.137
2017	32.667	30.303
2018	8.168	7.348
Total	70.749	66.788

No decorrer do exercício, foi pago e compensado o montante de R\$29.325 referente ao direito de outorga fixa (R\$27.689 em 31 de dezembro de 2014). Decorrente da provisão de outorga variável: Refere-se ao preço da delegação do serviço público correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. A partir de novembro de 2013, os saldos a pagar de outorga variável e fixa passaram a ser compensados com os valores a receber previstos no Termo Aditivo Modificativo nº 20/2013, assinado em 07 de dezembro de 2013. No decorrer do exercício foi pago e compensando o montante de R\$13.030 referente ao direito de outorga variável (R\$12.510 em 31 de dezembro de 2014). b) Compromissos relativos às concessões: Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias. Em 31 de dezembro de 2015, esses compromissos de investimentos ainda não contabilizados por serem considerados como executórios, estão estimados em R\$85.632 (R\$93.563 em 31 de dezembro de 2014), a serem realizados até o final do prazo original da concessão.

18. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social é representado por 75.000.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 25.000.000 ordinárias e 50.000.000 preferenciais. As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. b) Reservas de lucros: Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovados em Assembleia Geral Ordinária. c) Dividendos: Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), sendo o valor dos dividendos mínimos obrigatórios 25% do lucro líquido. Em 27 de agosto de 2015, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos de R\$44.851 e distribuição relativo aos lucros de anos anteriores de R\$ 15.149, pagos em 27 de agosto de 2015. Em 22 de dezembro de 2015, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de lucros de anos anteriores no montante de R\$ 20.000, pagos em 22 de dezembro de 2015.

Destinações do lucro líquido do exercício	
Lucro líquido do exercício	139.592
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido	34.896
Destinações:	
Juros sobre capital próprio	9.565
Dividendo adicional proposto	92.857
Reserva de retenção de lucros	37.170
Juros sobre capital próprio	

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre o patrimônio líquido e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (Lei nº 9.249/95). Em 30 de abril de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a provisão de juros sobre capital próprio no montante de R\$2.020, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2014, pagos em 2 de abril de 2015. Em 30 de junho de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a provisão de juros sobre capital próprio no montante de R\$2.660, com base no patrimônio líquido de 31 de março de 2015, pagos em 3 de julho de 2015. Em 30 de setembro de 2015, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a provisão de juros sobre capital próprio no montante de R\$3.200, com base no patrimônio líquido de 30 de junho de 2015, pagos em 9 de outubro de 2015. Em 31 de dezembro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a provisão de juros sobre capital próprio no montante de R\$3.705, com base no patrimônio líquido de 30 de setembro de 2015.

Composição do Conselho de Administração

Anwar Damha Diretor Presidente	Athur Piotto Filho Membro Titular	Maria Stella Eugênio Damha Membro Titular	Marcus Rodrigo de Senna Membro Suplente	Mário Múcio Eugênio Damha Membro Suplente
Marco Aurélio Eugênio Damha Vice Presidente	Ítalo Roppa Membro Titular	Alberto Bagdade Membro Suplente	Maria Mônica Damha Athia Membro Suplente	Paulo Yukio Fukuzaki Membro Suplente

Composição da Diretoria

Roberto de Barros Calixto Diretor Presidente	Rogério Cezar Bahú Diretor
--	--------------------------------------

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

do Conselho da Administração e Acionistas da Renovias Concessionárias S.A. - Mogi Mirim - SP

Introdução: Examinamos as demonstrações financeiras da Renovias Concessionárias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção

19. Instrumentos financeiros: Política: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como também não efetua operações com derivativos definidos como exóticos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2015		2014			
	Valor justo mensurado através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo mensurado ao custo amortizado (*)	Valor justo mensurado através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo mensurado ao custo amortizado (*)
Ativos:						
Aplicações financeiras	2.503	-	-	10.612	-	-
Contas a receber	-	1.058	-	-	881	-
Outros créditos	-	1.495	-	-	1.333	-
Partes relacionadas	-	19.488	-	-	20.081	-
Passivos:						
Financiamentos	-	-	(18.938)	-	-	(62.136)
Debêntures	-	-	(64.518)	-	-	(95.281)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(2.123)	-	-	(5.223)
Partes relacionadas	-	-	(147)	-	-	(112)
Total	2.503	22.041	(85.726)	10.612	22.295	(162.752)

(*) Valores líquidos do custo de transação. Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas adotadas na determinação do valor justo: • Aplicações financeiras - são definidos como ativos mensurados pelo valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil; • Contas a receber de clientes, outros créditos, contas a receber de partes relacionadas, fornecedores, remuneração dos administradores e outras contas a pagar - seus valores aproximam-se do de mercado em razão do prazo de liquidação de, em geral, 30 dias; • Financiamentos - consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 12; • Debêntures - seu valor justo é o seguinte:

	2015		2014	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	64.650	64.573	95.565	97.650

(a) Valores brutos dos custos de transação; (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "hierarquia do valor justo" abaixo. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes a aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$2.503 em 31 de dezembro de 2015 (R\$10.612 em 31 de dezembro de 2014). Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: Os quadros abaixo apresentam os valores resultantes de juros sobre os contratos de financiamentos sujeitos a esses riscos. A análise de sensibilidade abaixo tem por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As taxas utilizadas nos cenários A e B foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50% utilizadas no cenário provável. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes de juros sobre os contratos de financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Saldo (1)	Efeito no resultado		
				Cenário Provável	Aumento	
				Cenário A - 25%	Cenário B - 50%	
Passivos financeiros:						
Debêntures	Varição CDI	15/01/2018	64.650	(10.474)	(13.121)	(15.779)
	CDI ⁽²⁾			14,14%	17,68%	21,21%
BNDEx A1	Varição TJLP	15/11/2016	4.904	(382)	(457)	(532)
	TJLP ⁽³⁾			8,80%	10,55%	13,20%
BNDEx A2	Varição TJLP	15/11/2016	2.099	(182)	(214)	(247)
	TJLP ⁽⁴⁾			9,80%	11,55%	14,70%
BNDEx B1, B3 e B5	Varição TJLP	15/04/2016	8.360	(210)	(251)	(290)
	TJLP ⁽³⁾			8,80%	10,55%	13,20%
BNDEx B2, B4 e B6	Varição TJLP	15/04/2016	3.576	(100)	(117)	(134)
	TJLP ⁽⁴⁾			9,80%	11,55%	14,70%

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

(2) Refere-se à taxa de 31 de dezembro de 2015, divulgada pela CETIP.

(3) Refere-se à taxa do 4º trimestre de 2015 + juros fixos de 1% a.a.

(4) Refere-se à taxa do 4º trimestre de 2015 + juros fixos de 1,8% a.a.

Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2015, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia, foram resumidas conforme abaixo: • Responsabilidade civil: R\$36.916; • Riscos de engenharia: R\$6.751; • Riscos patrimoniais: R\$12.305; • Perda de receita: R\$97.975.

21. Resultado financeiro

	2015	2014
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(14.585)	(17.152)
Ajuste a valor presente sobre a provisão de manutenção	(1.371)	(1.609)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(1.337)	(1.497)
Comissão fiança	(481)	(805)
Juros sobre impostos parcelados	(461)	37
Capitalização dos custos dos empréstimos	40	109
Receitas financeiras:		
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.581	4.289
Juros e outras receitas financeiras	107	17
	3.688	4.306

22. Receitas: A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	2015	2014
Receitas:		
Receita de pedágio	382.777	369.149
Receitas acessórias	9.118	7.989
Receita de contratos de construção	2.590	4.534
	394.485	381.672

Deduções:		
Abatimentos	(36.214)	(34.714)
	(36.214)	(34.714)
Total das receitas	358.271	346.958

23. Demonstrações dos fluxos de caixa: A companhia classifica os juros pagos, como atividade de financiamentos por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos e conforme provisão do CPC 03.